

CORREIO ECONÔMICO

Pixabay/aichinger76



Ataque hacker se aproveita de vulnerabilidades

Hackers do Bem abre 25 mil vagas para formação

O programa Hackers do Bem, iniciativa nacional de capacitação em cibersegurança abriu 25 mil vagas para os cursos de Nivelamento e Básico. O sucesso da primeira onda de inscrições permitiu a ampliação da oferta, reforçando o compromisso do programa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com execução pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), de formar profissionais qualificados em segurança digital para o mercado brasileiro.

A iniciativa, totalmente gratuita, é destinada a qualquer pessoa que pretenda seguir carreira na área. Podem se inscrever pessoas que estejam cursando ou que já tenham concluído o Ensino Médio. Não há limite de idade ou necessidade de conhecimento prévio em segurança da informação.

As 25 mil novas vagas são para os cursos que abordam a cibersegurança de forma ampla, objetiva e introdutória. No módulo Nivelamento, com 80 horas de carga horária, os alunos terão uma introdução ao universo da cibersegurança e outros temas relacionados, como hardware, internet, redes, sistemas operacionais (Windows e Linux) e lógica de programação. No curso Básico a carga horária é de 64 horas. Dúvidas podem ser respondidas pelo Service Desk da RNP, pelo telefone/WhatsApp: 0800 722 0216 ou pelo e-mail: atendimento@rnp.br.

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados



Proposta agora segue para Finanças e Tributação

PL 3.178/2024 é aprovado em comissão na Câmara

Os economistas obtiveram uma importante vitória na manhã de quarta-feira: o Projeto de Lei 3.178/2024, que atualiza a legislação referente à profissão, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. A aprovação se deu na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado André Figueiredo.

A mobilização envolveu conselheiros, economistas e lideranças do Sistema Cofecon/Corecons, que acompanharam a votação presencialmente em Brasília. O relator elogiou o trabalho técnico e institucional realizado pelo Cofecon, reforçando a importância do diálogo que permitiu construir consenso em torno do texto. O texto agora segue para a Comissão de Finanças e Tributação.

POR
MARTHA IMENES

Projeto Recomeçar

Em menos de um ano, o Projeto Recomeçar – Reclusos, em Minas, está transformando a realidade de pessoas privadas de liberdade. A iniciativa da Direcional em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, oferece oportunidades de trabalho e reintegração social a indivíduos em regime semiaberto.

Direcional

Atualmente, o projeto conta com 130 participantes em atuação em oito canteiros de obras. Lançado com 33 trabalhadores em Minas Gerais, a meta da empresa é dar oportunidade a mais de 150 reclusos até o fim de 2025. A Direcional Engenharia utiliza métodos inovadores e sustentáveis para construir imóveis.

Empregabilidade

A iniciativa integra o Projeto Recomeçar, programa voltado à empregabilidade e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, como pessoas privadas de liberdade, migrantes e refugiados. Neste ano, o projeto conquistou destaque nacional ao garantir o 1º lugar no 17º Prêmio CBIC de Responsabilidade Social.

Ressocialização

Os participantes atuam em um modelo de trabalho regulamentado pela Secretaria de Segurança Pública e recebem remuneração, transporte e alimentação, além da redução de dois dias da pena para cada dia de trabalho realizado, o que estimula o comprometimento e fortalece o processo de ressocialização.

Recomeço

“É uma chance real de recomeço para quem quer mudar de vida. Nós oferecemos um ambiente de trabalho estruturado, treinamentos e acompanhamento para que essas pessoas possam reconstruir sua história com dignidade e propósito”, afirma Gláucia Brasileiro, Superintendente Administrativo de Obras.

Amiga do Migrante

A Direcional também recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Selo “Empresa Amiga do Migrante”, um prêmio da ONG Visão Mundial em reconhecimento ao papel social da construtora na promoção da inclusão de migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. Para o próximo ano, a empresa já articula novas parcerias.



Correios precisa de socorro bilionário para reverter prejuízo

Empréstimo de R\$ 20 bilhões aos Correios é negado pelo Tesouro

Reestruturação prevê plano de demissão de mil funcionários

A resolução da situação financeira dos Correios ficou mais distante. O Tesouro Nacional reprovou o empréstimo de R\$ 20 bilhões por considerar excessivos os juros de 136% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) pedidos pelos bancos que aceitaram fazer a operação.

Aprovada pelo Conselho de Administração dos Correios, a operação é coordenada por cinco bancos: Banco do Brasil, Citibank, BTG Pactual, ABC Brasil e Safra. O limite de 120% de CDI em operações de crédito com garantia da União de dez anos.

A decisão foi comunicada ao presidente dos Correios, Emmauel Rondon, em reunião no Ministério da Fazenda. Com a reprovação, o Tesouro não poderá fornecer as garantias da União, que cobririam uma eventual inadimplência dos Correios e praticamente eliminariam o risco para as instituições financeiras.

Com a decisão, os Correios e os bancos, em tese, podem negociar uma taxa de até 120% do CDI. A estatal também tem a opção de esperar um aporte direto do Tesouro Nacional para cobrir parcialmente o prejuízo, que chega a R\$ 6,05 bilhões de janeiro a setembro deste ano.

Taxa usada no crédito interbancário (empréstimos diários entre os bancos), o CDI é um pouco inferior a Taxa Selic (juros básicos da economia). Com a Selic atual,

de 15% ao ano, um CDI de 136% equivaleria a aproximadamente 20% ao ano, enquanto um empréstimo de 120% do CDI seria corrigido em cerca de 18% ao ano.

Em comunicado emitido aos funcionários, os Correios confirmaram a reprovação do empréstimo e informaram trabalhar pelo saneamento da companhia em parceria com diversos ministérios.

“A Diretoria Executiva [dos Correios] segue trabalhando, em conjunto com os ministérios, na avaliação de alternativas que reforcem a liquidez imediata dos Correios, assegurando o andamento das iniciativas necessárias para a recuperação financeira da estatal”, destacou o texto.

Desde outubro, os Correios negociam com bancos o empréstimo de R\$ 20 bilhões para ajudar a reestruturar a empresa. Em troca do dinheiro, a estatal terá de cumprir uma série de contrapartidas para garantir a sustentabilidade financeira e a modernização dos serviços.

Apresentado em novembro, o plano de reestruturação prevê um programa de demissão voluntária e o fechamento de 1 mil agências e a venda de R\$ 1,5 bilhão em imóveis. Pelo plano, o empréstimo de R\$ 20 bilhões seria usado para quitar uma dívida de R\$ 1,8 bilhão da estatal, quitar débitos com fornecedores, modernizar o serviço de encomendas e encontrar novas fontes de receitas.